

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Perspectivas favoráveis

A possibilidade de investimentos no País da ordem de dois bilhões de dólares, conforme 26 representantes de empresas multinacionais asseguraram ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, é o primeiro sintoma concreto da reinserção da economia nacional no sistema de distribuição das aplicações mundiais. Programados para ingresso até o final do ano, os recursos resultam de uma avaliação sobre a capacidade operacional do setor produtivo, depois das posições favoráveis geradas pelo acordo recente da dívida externa.

Há francas expectativas de uma abertura ainda maior nos canais comunicantes do crédito e dos investimentos, a julgar pelo entusiasmo do empresariado internacional com o plano de ajustamento da economia. Já se teve um ensaio em tal direção no primeiro semestre deste ano, quando os capitais não especulativos aqui chegados somaram algo em torno de 1,04 bilhão de dólares, 49,85 por cento acima dos investimentos externos ocorridos durante o ano passado.

Estão, assim, as políticas liberais, no tocante à suspensão de obstáculos à livre circulação dos capitais e das mercadorias, alinhadas a um interesse de natureza universalizante, a todos os títulos correspondentes às conveniências nacionais. Em um mundo cada vez mais chamado a integrar-se sob os estímulos da fraternidade econômica, em proveito de vantagens multilaterais, o Brasil há de tender a fórmulas abertas de intercâmbio e, é óbvio, contrárias ao isolacionismo. Tal é, até agora, o sentido externo da política econômico-financeira, com resultados senão concludentes pelo menos sintomáticos do acerto das diretrizes, segundo atesta o breve ingresso de dois bilhões de dólares.

Todavia, para sustentar relações proveitosas com o capital internacional e estimular investimentos por parte do

próprio empresariado brasileiro, o Governo necessita de novos instrumentos legais para respaldar a política fiscal e tributária. Sabe-se que o ajuste em tal campo proporcionará à administração suportes financeiros indispensáveis para equilibrar as contas estatais e, nesse passo, atacar os flancos mais vulneráveis da inflação.

Ao mesmo tempo, o ajuste fiscal em vias de ser encaminhado ao Congresso permitirá ao Governo comandar as operações estratégicas para a retomada do crescimento, entre as quais o declínio das taxas de juros. Trata-se da única forma de expandir a economia sem exacerbar o processo inflacionário, a mais grave disfunção do País. Por isso mesmo é que o presidente Collor, reunido com 36 principais empresários brasileiros, exortou-os a colaborar para a aprovação do ajuste e decidir pela reativação dos investimentos produtivos.

Concebida de forma a reduzir para nove as hipóteses tributárias deferidas à União pela Carta Política de 1988, a reforma deverá suscitar aumento da arrecadação em torno de 12,6 bilhões de dólares, sem, na verdade, agravar de forma significativa os encargos fiscais das empresas e das pessoas físicas. Tais recursos, correspondentes a aproximadamente três por cento do Produto Interno Bruto (PIB), são considerados essenciais para reverter o quadro de desintegração das finanças públicas. E semelhante reversão é indispensável para conter a expansão imoderada dos preços e estabilizar a economia.

É dentro desse amplo quadro de projeções que se insere a decisão de empresas multinacionais de investirem no Brasil, até o final do ano, dois bilhões de dólares. Portanto, é fundamental que o Congresso delibere o mais rapidamente possível sobre a proposta de ajuste fiscal, quando esta ali chegar em breve.